

## **Património**

### **5. Resolução de requerer a Declaração de Utilidade Pública da expropriação de uma parcela de terreno, sita na União de Freguesias da Cabreiros e Passos S. Julião, concelho de Braga, destinada à ampliação do Cemitério de Passos (S. Julião).**

Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as seguintes propostas, nos termos do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e dos artigos 10.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 17.º e 19.º do Código das Expropriações, tudo de acordo com os documentos e informações constantes do processo:

- a) Proposta no sentido de aprovar a requisição de declaração de utilidade pública, junto da Direção-Geral das Autarquias Locais, da expropriação de uma parcela de terreno, com carácter de urgência, composta por terreno parcialmente confrontante com a Rua do Passal, sita em Lugar da Quintã, inscrito na matriz rústica da freguesia de União das Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião) sob o artigo      , descrito na conservatória de Registo Predial sob o n.º      com área de 1411,06 m<sup>2</sup>, que confronta com estrada e outros a Norte, com caminho a Sul e Nascente e com Machado e outro a Poente;
- b) Autorização de posse administrativa do imóvel a expropriar, em face da fundamentada urgência;
- c) A aprovação do valor de 16.970,65 € (dezasseis mil novecentos e setenta euros e sessenta e cinco cêntimos) relativo aos encargos a suportar com a expropriação, em conformidade com os Relatórios de Avaliação do perito avaliador, constantes do processo.

## **PROPOSTA**

### **RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NA UNIÃO DE FREGUESIAS DA CABREIROS E PASSOS S. JULIÃO, CONCELHO DE BRAGA, DESTINADA À AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE PASSOS (S. JULIÃO)**

#### **CONSIDERANDO (QUE),**

1. O cemitério de Passos (S. Julião), em Braga, atualmente não detém capacidade para proceder a inumações, devido a ausência de espaço para o efeito, motivo pelo qual se torna imperiosa e urgente a sua ampliação;
2. Para a ampliação torna-se necessário adquirir uma parcela de terreno, composta por terreno parcialmente confrontante com a Rua do Passal, sita em Lugar da Quintã, inscrito na matriz rústica da freguesia de União das Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião) sob o artigo 368, descrito na conservatória de Registo Predial sob o n.º \_\_\_\_\_ com área de 1411,06 m2, que confronta com \_\_\_\_\_, estrada e outros a Norte, com caminho a Sul e Nascente e com \_\_\_\_\_ e outro a Poente;
3. A parcela é propriedade da Herança aberta por \_\_\_\_\_, titular do \_\_\_\_\_, casados que foram no regime da comunhão geral de bens, representada pelos herdeiros:

4. Ao longo dos anos a Junta de Freguesia tem efetuado várias tentativas de negociação amigável junto dos proprietários, que se revelaram infrutíferas;
5. O MB, contratou um perito da lista oficial, para nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, com as respetivas alterações para proceder à avaliação do terreno, tendo os peritos avaliado o terreno em

**16.970,65 €**, encontrando-se a despesa respetiva com o **necessário e devido cabimento orçamental, conforme documento que se anexa:**

6. *De acordo com o disposto na alínea ee), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, é da competência da Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal.*
7. Compete à Câmara Municipal propor a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação, nos termos da alínea vv), do nº 1, do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico;
8. O artigo 14º nº 1 da Lei n.º 56/2008, de 4 de setembro, que procedeu à alteração do Código das Expropriações, aprovado pela lei 168/99 de 18 de setembro, prescreve que:  
"Salvo nos casos previstos no número seguinte, é da competência do ministro a cujo departamento compete a apreciação final do processo:  
a) A declaração de utilidade pública da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles inerentes".

**PROponho** QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE REQUERER À DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 33.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DOS ARTIGOS 10º, 12º, 13º, 14º, 15º, 17º E 19º DO CÓDIGO DAS EXPROPRIAÇÕES:

**1. A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA da expropriação**, com caráter de urgência, pelos motivos acima explanados, de uma parcela de terreno, composta por terreno parcialmente confrontante com a Rua do Passal, sita em Lugar da Quintã, inscrito na matriz rústica da freguesia de União das Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião) sob o artigo . descrito na conservatória de Registo Predial sob o n.º com área de 1411,06 m2, que confronta com estrada e outros a Norte, com caminho a Sul e Nascente e com e outro a Poente, pertencente a Herança aberta por óbito de , casados que foram no regime da comunhão geral de bens, representada pelos herdeiros:



**2. A AUTORIZAÇÃO DE POSSE ADMINISTRATIVA do imóvel a expropriar**, em face da fundamentada urgência.

**3. A aprovação do valor de 16.970,65 €** (dezasseis mil novecentos e setenta euros e sessenta e cinco cêntimos) relativo aos encargos a suportar com a expropriação, em conformidade com os Relatórios de Avaliação do perito avaliador, em anexo.